



A CULTURA AFRO-BRASILEIRA E SUA ABORDAGEM NO LIVRO DIDÁTICO

Regina Silva Bonfim¹

Michele Salete Reis²

Elisiane Medianeira Moro Tolio³

Marli T. Wagner Adams⁴

RESUMO: O presente trabalho foi desenvolvido com o intuito de analisar a importância da diversidade cultural na sociedade. O objetivo foi o de compreender a abordagem dada à cultura afro-brasileira no livro didático do 4º ano do ensino fundamental. A metodologia utilizada parte da pesquisa qualitativa a partir de leituras realizadas na Lei de Diretrizes e Bases (9394/96), Lei 10639/03, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), dentre outros, que possibilitaram a fundamentação teórica. A pesquisa campo foi realizada com uma turma da 2ª fase do 2º ciclo (4º ano), em uma escola da rede estadual de Barra do Garças-MT e entrevista com a professora da referida turma. A pesquisa possibilitou a compreensão da importância de trabalhar com a temática “História e Cultura Afro-Brasileira” em sala de aula para além do proposto pelo livro didático. Isso ficou evidenciado pela forma como a professora desenvolveu o assunto ao valorizar o contexto histórico, para que os alunos possam se reconhecer e respeitar a cultura do outro.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade Cultural. Cultura Afro-Brasileira. Livro Didático.

1 INTRODUÇÃO

A diversidade cultural está inserida no cotidiano da população, pois o Brasil é formado por vários grupos étnicos, que contribuem para formação da sociedade brasileira em diferentes aspectos a exemplo da culinária, danças, religião, linguagem e música.

1 Acadêmica do VIII semestre do Curso de Pedagogia: Licenciatura-Docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas do Araguaia – FACISA. Email: reginasilvabonfim@hotmail.com

2 Especialista em Ensino de Geo-História IMP/MT. Professora na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas do Araguaia – FACISA nos Cursos de Graduação em Direito e Pedagogia. Email: michelereis92@hotmail.com

3 Especialista em Psicopedagogia e em Gestão Pedagógica. Professora efetiva na rede estadual de Mato Grosso desde 2000, Coordenadora e Professora no Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Araguaia – FACISA, desde 2012. Email: elisiane.tolio@hotmail.com

4 Mestre em Educação nas Ciências UNIJUI/RS. Professora na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas do Araguaia – FACISA no Curso de Graduação em Pedagogia e Pós-Graduação. Email: marliwadams@gmail.com



Reconhecer essas contribuições se faz necessário para que se possa conviver em uma sociedade onde os indivíduos saibam valorizar e respeitar a diferença do outro. Neste trabalho, a pesquisa está direcionada a analisar a temática Diversidade Cultural a partir da cultura afro-brasileira e sua abordagem no livro didático, uma vez que a Lei 10.639/03 estabelece a inclusão no currículo da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Partindo desse contexto, formulou-se o problema da pesquisa: A abordagem da cultura afro-brasileira no livro didático tem contribuído para inclusão dos afrodescendentes no cotidiano escolar? Nessa perspectiva, o objetivo geral foi o de compreender a abordagem dada à cultura afro-brasileira no livro didático. A partir deste, definiu-se os específicos: analisar a abordagem da cultura afro-brasileira no livro didático; identificar como se dá o processo de convivência dos alunos afrodescendentes na sala de aula e analisar a contribuição do livro didático para a inclusão do aluno afro-brasileiro em seu cotidiano escolar.

Compreende-se assim, que a pesquisa é um procedimento que o pesquisador necessita para encontrar respostas ao problema que se propôs a investigar com base em conhecimentos científicos, bem como perceber como a pesquisa contribui na formação acadêmica.

Quanto à forma de abordagem do tema, utilizou-se a pesquisa qualitativa descritiva, pois a intenção é compreender o tema proposto a partir de embasamento teórico e por meio de investigação no cotidiano escolar. Para a efetivação deste artigo a base bibliográfica se fez a partir das leituras em: Fausto (2000), Bittencourt (2004), Parâmetros Curriculares (vol. 10, 1997), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), Lei 10.639/03, dentre outras.

A pesquisa campo também se fez necessária, por ser a etapa em que o pesquisador se dedica a acompanhar o ambiente que será pesquisado, observando e coletando dados do cotidiano, relacionados ao tema proposto, entrevista com a professora do 4º ano, em uma escola pública de Barra do Garças e análise do livro didático de História da referida turma.

O artigo subdivide-se em seções ao abordar primeiramente, o conceito de diversidade cultural e, na sequência, a abordagem da cultura afro-brasileira no livro didático, bem como o conteúdo trabalhado em sala de aula e sua contribuição para inclusão do aluno afrodescendente no cotidiano escolar.



Istoposto, a reflexão que segue se justifica com o propósito de compreender a diversidade cultural e como ela se efetiva a partir da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” em sala de aula, respeitando as peculiaridades apresentadas no cotidiano escolar.

2 DIVERSIDADE CULTURAL

A diversidade cultural brasileira pode ser explicada pela influência dos diferentes grupos étnicos que ocuparam o território brasileiro ao longo dos seus 12 mil anos de história. Os primeiros grupos desenvolveram uma cultura própria para se adaptar e sobreviver nesse território caracterizado por ambientes heterogêneos e os demais grupos trouxeram a cultura do seu país de origem. A ocupação do atual território brasileiro teve início quando povos vindos da Ásia atravessaram o Estreito de Bering e, aos poucos, foram ocupando todo o continente Americano. Apesar de denominarmos esses primeiros habitantes de maneira generalizada de indígenas, cada grupo se fixou em uma determinada região do território brasileiro e desenvolveu uma cultura própria de acordo com as características físicas locais e da necessidade de sobrevivência. Isso é constatado a partir das leituras em Del Rio apud Ab’Saber, ao afirmar que:

A diferenciação de línguas e culturas - derivadas de condicionantes ecológicas regionais – parece ter se iniciado, ou amadurecido, durante as fases de sedentarização relativa de alguns grupos, dotados de uma certa fixidez locacional, em escala sub – regional. (DEL RIO *apud* AB’SABER, 2000, p. 35).

Quando os portugueses ocuparam o território brasileiro, a partir de 1500, os povos denominados “indígenas” estavam organizados em centenas de grupos espalhados por todo o continente americano e, pelo fato dos portugueses se considerarem culturalmente superiores, aqueles sofreram um processo de aculturação, ou seja, foram obrigados a incorporar muitos elementos da cultura portuguesa. No entanto, é importante destacar que esses grupos também influenciaram culturalmente o colonizador português, principalmente no que se refere ao reconhecimento da fauna e flora do território brasileiro. Cabe ainda frisar, que os grupos indígenas que sobreviveram lutam, ainda hoje, pela preservação da sua cultura e pelo reconhecimento social.



A partir da necessidade de efetivar a ocupação do território brasileiro, os portugueses implementaram um projeto colonizador, cuja finalidade era desenvolver uma atividade econômica baseada no sistema de *plantation*, um sistema caracterizado pela organização de grandes propriedades agrícolas, monocultoras que utilizavam a mão de obra escrava e visavam a exportação.

Inicialmente, os portugueses utilizaram mão de obra indígena, no entanto o comércio de escravos africanos era muito lucrativo, e comerciantes portugueses passaram a vender escravos africanos para os colonos que se fixaram na América. Nesse sentido, entre os séculos XVI ao XIX, milhares de africanos chegaram em terras brasileiras e, assim como os portugueses, contribuíram para a diversidade cultural. Nesse sentido, Couto discorre que

Os cruzamentos étnicos de portugueses com ameríndias e negras, bem como entre as diversas variantes possíveis, contribuíram para criar uma sociedade fortemente miscigenada, do ponto de vista biológico, na qual os intercâmbios linguísticos, religiosos, técnicos, botânicos e zoológicos geraram uma cultura portadora de uma profunda originalidade. (COUTO, 2000, p.67).

O autor destaca que o relacionamento entre os diferentes grupos étnicos, indígenas, africanos e portugueses contribuiu para o surgimento de uma sociedade miscigenada ao mesmo tempo que proporcionou o nascimento de uma cultura original que se diversificou a partir das necessidades de sobrevivência e adaptação de cada grupo em relação ao ambiente, tendo em vista que o Brasil é um país com dimensões continentais e, dessa forma, possui ambientes heterogêneos.

A partir do século XIX, o movimento abolicionista ganhou apoio internacional e impulsionou a criação de leis que tinham como objetivo abolir a escravidão no Brasil e, “como alternativa do problema da mão de obra sugeria-se fomentar uma corrente de imigração europeia.” (FURTADO, 2004, p.129). Esses imigrantes se estabeleceram principalmente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, pelo fato de que havia a necessidade de garantir o povoamento das terras ociosas da região Sul e suprir a carência de mão de obra nas fazendas de café da região Sudeste.

Além disso, o intuito de trazer imigrantes europeus fazia parte de um projeto maior de Dom Pedro II, Imperador do Brasil, que tinha por objetivo garantir a emergência de uma



identidade nacional e para isso era necessário “branquear” a população brasileira que, até aquele momento, era composta basicamente por uma minoria portuguesa, índios, negros e mestiços. É o que afirma Fausto:

Devemos nos perguntar, inicialmente, por que não se tentou transformar escravos em trabalhadores livres ou, porque não se incentivou a vinda de gente das áreas pobres do Nordeste. A resposta à primeira pergunta envolve dois aspectos: de um lado o preconceito dos grandes fazendeiros [...]; de outro, é duvidoso que, após anos de servidão, os escravos estivessem dispostos a ficar em uma situação não muito diversa da que tinham. [...] A resposta à segunda pergunta tem a ver com a argumentação racista que ganhou a mentalidade dos círculos dirigentes do Império, [...] a única salvação para o Brasil consistiria em europeizá-lo o mais depressa possível. (FAUSTO, 2000, p. 2015).

Destaca-se que, apesar das motivações da vinda desses imigrantes estarem calcadas no racismo e no etnocentrismo, esses grupos foram importantes para o desenvolvimento econômico da região Sudeste e para a colonização da região Sul do Brasil e, nesse sentido, também exerceram uma grande influência cultural nessas regiões e, mais tarde, na região Centro-Oeste com a ampliação das fronteiras agrícolas.

No século XX, imigrantes de origem asiática a exemplo os japoneses e árabes, fixaram-se no Brasil e também contribuíram para a diversidade cultural existente no território brasileiro. É nessa perspectiva que Bittencourt observa:

A crítica fundamental e que tem sido repetida inúmeras vezes por historiadores, especialmente os que se dedicam ao ensino, é a de que a História do Brasil tem sido ensinada visando construir a ideia de um passado único e homogêneo, sem atentar para os diferentes setores sociais e étnicos que compõem a sociedade brasileira. Constatam muito dessas críticas que a ideia de um povo homogêneo com um passado único se consolidou por intermédio da difusão de que somos um povo caracterizado pela democracia racial. (BITTENCOURT, 2004, p.198-199).

A partir de uma concepção de homogeneidade, destaca-se que o ensino da história do Brasil, assim como os livros didáticos, por muitos anos, enfatizaram a ideia da democracia racial caracterizada por uma cultura homogênea e pela ausência de conflito, que tinha como interesse justificar o preconceito, a discriminação e a exclusão de uma parcela significativa da população.



Para isso, renegava-se a história do Índio e do Negro como se a história de vida deles começassem a partir do contato com o colonizador português. “Os índios começaram a povoar os livros escolares desde o século XIX, simbolizando, inicialmente, o selvagem antropófago que dificultava a civilização apesar dos esforços dos missionários.” (BITTENCOURT, 2004, p. 200). O autor destaca que, inicialmente, os livros didáticos trabalhavam o indígena como um grupo homogêneo que não apresentava qualquer influência cultural na sociedade brasileira, fortalecendo a discriminação ao enfatizar aspectos irrelevantes, que de certa forma causam estranheza, desse grupo.

Assim como o índio, “a figura do negro era omitida nas obras escolares e, apenas começou a surgir após a Abolição, associada à Abolição da Escravidão.” (BITTENCOURT, 2004, p. 200), ou seja, o negro era visto apenas como escravo e não havia qualquer menção da história desse povo antes da chegada deles ao Brasil, como também não era valorizada a contribuição cultural desses para a formação da cultura brasileira.

É nessa perspectiva que atemática em questão no que se refere a diversidade cultural, sem desmerecer nenhum grupo cultural formador do povo brasileiro, delimita-se a discutir, em especial, a afro-brasileira, sua abordagem no livro didático e sua influência na formação da sociedade brasileira. Sua presença no contexto do povo brasileiro ocorre em diferentes aspectos a exemplo da música, dança, culinária e linguagem. Com relação a diversidade cultural, o documento da UNESCO em seu primeiro artigo afirma que:

[...] a cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessário como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras. (UNESCO, 2002, p. 3).

Sendo assim, a diversidade cultural deve ser contextualizada ao ser trabalhada nos livros didáticos, para que os alunos compreendam a importância dessa temática em seu cotidiano dentro e fora do âmbito escolar.

2.1 A ABORDAGEM DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO LIVRO DIDÁTICO



Os afrodescendentes, marginalizados da sociedade brasileira desde o processo de colonização, foram privados do direito de estudar, devido ao preconceito vivenciado, provocado especialmente pela cor de pele e sua cultura. Mesmo com a Abolição da Escravatura, em 13 de maio de 1888, evidenciou-se que

A escolaridade de brancos e negros nos expõe, com nitidez, a inércia do padrão de discriminação racial. [...] apesar da melhoria dos níveis médios de escolaridade de brancos e negros ao longo do século, o padrão de discriminação, isto é, a diferença de escolaridade dos brancos em relação aos negros se mantém estável entre as gerações. No universo dos adultos observamos que filhos, pais e avós de raça negra vivenciaram, em relação aos seus contemporâneos de raça branca, o mesmo diferencial educacional ao longo do século XX. (HENRIQUES, 2002, p. 93).

O livro didático de História do 4º ano, objeto de análise nessa pesquisa, descreve a participação dos afrodescendentes na sociedade brasileira a partir da necessidade do uso de sua mão-de-obra como trabalhadores na zona rural, especificamente, com o cultivo da cana-de-açúcar no Nordeste do país. Esse processo migratório ocorreu no período colonial, quando os portugueses passaram a utilizar o trabalho escravo trazido de diferentes regiões da África.

Esse material didático destaca que os homens e mulheres, que foram traficados da África e trazidos em navios negreiros para serem escravizados pelos senhores de engenho, deixaram em seu país suas famílias, religião, habilidades e costumes diversos. “[...] os africanos não migraram para o Brasil por vontade própria. Eles foram aprisionados em vários lugares da África e trazidos para cá como escravos.” (SIMIELLI; CHARLIER, 2015, p.56).

De acordo com os estudos realizados, foi possível perceber a ausência de conteúdo nos livros que tratam sobre a importância da cultura afro-brasileira para com a construção da sociedade brasileira. A temática sobre os negros, abordada em alguns livros pesquisados, aparece como se eles não tivessem um passado antes de serem trazidos como escravos para o Brasil.

O livro em análise, dentre outros aspectos, aborda a contribuição que os negros tiveram na economia e na produção de ferramentas com o uso de tecnologia a partir da fundição do ferro. Sobre isso as autoras destacam:

Durante o período da escravidão, eram os africanos escravizados que faziam as ferramentas de trabalho com ferro, bem como as ferraduras dos cavalos.



Em muitas regiões da África, o trabalho com o ferro é conhecido há milhares de anos. O ferreiro possuía um papel muito especial. Além de fazer ferramentas de trabalho, como os machados, e as armas para a guerra, como as lanças, muitos povos acreditavam que o ferreiro também apresentava poderes especiais. Por isso, muitos reis importantes da África eram também ferreiros. (SIMIELLI; CHARLIER, 2015, p.55).

O contexto familiar dos afrodescendentes é brevemente citado no livro didático, no momento em que as famílias foram obrigadas a se separarem ainda na África, pois o homem ou a mulher eram trazidos para o Brasil para serem escravizados, sendo transportados em navios negreiros em péssimas condições. A partir de diferentes registros, alguns negros morriam durante o percurso da viagem, devido à maus tratos, falta de alimentação adequada, além da superlotação nos navios negreiros.

Como a maioria daqueles deixaram suas famílias em seu país de origem, faziam amizade dentro do navio, na tentativa de amenizar a saudade de seus familiares que estavam longe. Com relação a esses fatos, as autoras do livro didático relatam que:

Vinham nos porões escuros e abafados dos chamados navios negreiros. Mal alimentados e maltratados, muitos não resistiam à travessia do oceano Atlântico e morriam no caminho. [...] As condições de higiene dos navios eram péssimas, principalmente em razão do calor dos porões e da enorme quantidade de pessoas viajando juntas. Para muitos africanos, a dor física provocada pelo desconforto da viagem não era o maior problema: havia também, o desespero e o banzo, causados pela saudade de sua terra, do seu povo e da sua liberdade. (SIMIELLI; CHARLIER, 2015, p. 56).

Ao chegar ao Brasil, os afrodescendentes eram considerados mercadorias e vendidos aos senhores de engenho. Conseqüentemente, eram obrigados a trabalhar sem remuneração, sofrendo maus tratos diariamente. Por isso, alguns se revoltavam e fugiam para os chamados quilombos, que eram lugares de difícil acesso aos senhores de engenho e bem distante das áreas produtivas. Ali os negros conseguiam formar uma comunidade para abrigar os fugitivos das fazendas, tentando resgatar suas origens como: religião, culinária, dança e costumes diversos.

Para que nos quilombos pudessem manter o processo de alimentação, praticavam a agricultura familiar e a pesca artesanal. Mesmo após a abolição da escravatura, ainda existem alguns quilombos onde são preservados os hábitos do seu país de origem.



Alguns negros permaneceram nos quilombos porque eram discriminados nas cidades pela população “branca”, pois não tinham o direito de estudar e trabalhar. Isso fica evidenciado no Brasil que, para muitos, ainda é considerado um país racista, por não respeitar o indivíduo devido a sua cor de pele.

Diante do exposto, faz-se referência a alguns fragmentos do poema “A cor do homem”, encontrados no livro didático em análise, momento em que as autoras possibilitam refletir sobre quem somos e aprender a respeitar o outro, independentemente de sua cor de pele:

Mas como pode um homem
escravizar outro homem?
O homem negro não é melhor
que o homem branco, nem pior
a pele branca não é pior
que a vermelha, nem melhor
a pele negra, branca, vermelha, amarela
é apenas a roupa que veste um homem [...]
(NASCIMENTO; BRANT, 2014. In: SIMIELLI; CHARLIER, 2015, p.58).

Após a abordagem do tema “A cor do homem” no livro didático, as autoras sugerem atividades com questionamentos a respeito do racismo no Brasil, apresentando questionamentos se a lei 7.716/89 que o torna crime, está sendo cumprida. Da mesma forma questiona o porquê dos negros terem sido escravizados aproximadamente por 300 (trezentos) anos. Percebe-se que a intencionalidade das escritoras foi de oferecer aos alunos, além da contextualização teórica, a possibilidade para que os mesmos, em alguns momentos pudessem refletir sobre o tema proposto, debater com os colegas em sala de aula, compreender melhor a cultura em discussão e aprender a respeitar o próximo com sua cultura, melhorando assim, a convivência no cotidiano não somente escolar, como também dos diversos cidadãos que estão inseridos na mesma sociedade.

É nesse contexto que se apresenta a importância na aprovação da Lei 10639/03 em janeiro de 2003 que torna obrigatório o ensino da temática “História e Cultura Afro-Brasileira,” nos currículos oficiais da rede de ensino, tanto no que se refere à Educação Básica quanto no Ensino Superior. Isso se justifica, pelo fato de que inúmeras instituições educacionais não oferecerem um ensino que contemple em seu contexto a valorização da diversidade cultural. Desse modo, as escolas poderão “[...] favorecer a discriminação quando



silenciam diante da diversidade e da necessidade de realizar abordagens de forma positiva ou quando silenciam diante da realidade social que desvaloriza as características físicas das crianças negras.” (BRASIL, 2006, p.44).

2.2 O NEGRO NA ESCOLA

A escola enquanto instituição de ensino tem o papel fundamental de ensinar diferentes conhecimentos e, ao mesmo tempo, contribuir no processo de socialização de seus alunos, incluindo em seu currículo pedagógico, a escolha de livros didáticos, que contextualize a diversidade cultural, valorizando suas peculiaridades. Isto está posto na Lei nº 9394/96 (LDB), ao estabelecer no artigo 26, que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 2014, p. 3).

Entretanto, para que a diversidade cultural seja valorizada, faz-se necessária a parceria entre professores e a parte gestora da escola, na escolha do livro didático que aborde de forma adequada a temática sobre a diversidade em seus conteúdos que será desenvolvido decorrer do ano letivo com os alunos. Esse processo proporcionará aos educandos para que possam se reconhecer no meio social em que vivem, valorizando o seu grupo étnico e os diferentes grupos existentes em sua comunidade e, conseqüentemente, em seu país.

Nesse sentido, a diversidade cultural é uma temática que vem despertando a atenção dos professores, autores dos livros didáticos, organizadores de formação continuada, incluindo em seus estudos o tema “História e Cultura Afro-Brasileira”, valorizando suas contribuições para com a sociedade brasileira e suas peculiaridades culturais.

Diversas são as instituições educacionais que oferecemos profissionais da educação a formação continuada, para que os mesmos possam trabalhar com seus alunos de forma significativa a diversidade cultural presente no cotidiano escolar. Desse modo, está posto nos Parâmetros Curriculares Nacionais que:



[...] a educação escolar deve considerar a diversidade dos alunos como elemento essencial a ser tratado para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem. [...] A escola, ao considerar a diversidade cultural, tem como valor máximo o respeito às diferenças – não o elogio à desigualdade. As diferenças não são obstáculos para o cumprimento da ação educativa, podem e devem, portanto ser de fator de enriquecimento. (BRASIL, 1997, p. 96-97).

Diante do exposto, para que a escola ofereça uma aprendizagem significativa aos seus educandos, faz-se necessário contemplar em seu currículo pedagógico uma proposta educacional valorizando o contexto histórico das diversas culturas existentes no cotidiano escolar.

3 CONTEXTUALIZANDO O CAMPO DA PESQUISA

A partir das diferentes leituras realizadas que contribuíram na fundamentação desse processo, foi necessário desenvolver uma pesquisa campo. A escola em questão está situada em um bairro próximo a área central da cidade de Barra do Garças-MT. Fundada em janeiro 1977, suas dependências estão distribuídas da seguinte forma: espaços específicos para sala da diretoria, secretaria, sala dos professores, biblioteca, seis salas de aula, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais, sala de articulação de aprendizagem, cozinha, banheiros (masculino e feminino), um corredor interno onde as crianças permanecem no decorrer do intervalo, quadra de esportes sem cobertura e uma cantina de responsabilidade da escola.

Os alunos matriculados na referida escola estão distribuídos nas diversas turmas que integram o Ensino Fundamental de 09 anos, organizado em Ciclo de Formação Humana, oferecendo carga horária de 840 horas anual, ministradas em 200 dias letivos. No período matutino atende crianças do 2º e 3º ciclo e no vespertino do 1º e 2º ciclo. Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico⁵ da escola em questão apresenta o seguinte objetivo geral: “Garantir ao educando meios para adquirir conhecimentos essenciais, a fim de contribuir para a sua inserção na sociedade como um cidadão autônomo, ativo e capaz de desenvolver uma percepção crítica necessária para construir os conhecimentos adquiridos na sua vida escolar.” (PPP, 2015).

5 As informações que se referem ao PPP foram extraídas do documento pertencente a Escola Campo.



Na proposta curricular da escola campo percebe-se a importância de se trabalhar em sala de aula a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, de acordo com a Lei 10639/03 e 11645/08. Isto está previsto no Projeto Político Pedagógico da escola:

O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e europeia. [...] É uma forma de resgate e valorização de traços culturais desses povos, como a ancestralidade e a musicalidade, tão presente na cultura brasileira. As abordagens em sala de aula devem, portanto, para uma educação antirracista. (PPP, 2015).

Para que os professores possam trabalhar de acordo com a proposta curricular, é realizada semanalmente a formação continuada por meio do Projeto Sala do Educador, cujo objetivo é [...] “melhorar o desempenho dos profissionais da educação, pois uma escola com profissionais preparados para desempenhar sua função contribui consideravelmente para um ensino de qualidade.” (PPP, 2015).

A partir das leituras no Projeto Político Pedagógico (2015) da escola, destaque se faz para alguns dos objetivos para o 2º ciclo:

- Edificar uma relação de autoconfiança com a produção artística pessoal e conhecimento estético, respeitando a própria produção e a dos colegas, no percurso de criação que abriga uma multiplicidade de procedimentos e soluções, promovendo a formação artística e estética do aluno e sua participação na sociedade;
- Ampliar e desenvolver o conceito de relações sociais, distribuição e organização do espaço e territorialidade. (PPP, 2015).

O documento oficial da escola reitera a preocupação em inserir no cotidiano pedagógico, diferentes estudos e atividades que contemplam temáticas relacionadas tanto a questões de conhecimento quanto as de relações sociais e étnicas.

3.1 O TRABALHO EM SALA COM A TEMÁTICA “BRASIL AFRICANO”

A partir da análise do livro didático, das leituras no Projeto Político Pedagógico da escola, oportuno foi realizar a observação do trabalho desenvolvido pela professora com o



propósito de acompanhar a efetivação da proposta pedagógica e a forma como desenvolve a temática em pesquisa no cotidiano da sala. Além do acompanhamento das aulas que ocorreram no 4º bimestre letivo, foi realizada uma entrevista com a professora, graduada em Pedagogia, especialista em Psicopedagogia, atuando há 10 (dez) anos como interina na rede estadual de Mato Grosso para conhecer melhor sua proposta de trabalho.

No início de suas atividades e nas demais aulas observadas, a professora organizou seus alunos, motivou-os para a aula do dia e, em seguida, realizou leitura deleite com textos relacionados ao tema que seria trabalhado no dia, a exemplo “A História do Negrinho Pastoreio, Menina Bonita do Laço de Fita e Bruna e a galinha d’angola”.

Na sequência, conversou com os alunos sobre a existência no calendário civil do dia 20 de novembro, dia da consciência negra, ao questionar os alunos “[...] de onde os negros vieram e o porquê da imigração para o Brasil”. A maioria dos alunos não soube responder, então a educadora explicou a importância da referida data, sabendo que nem todos os Estados brasileiros têm esse dia como feriado.

Para melhor compreensão da temática a professora trabalhou com a turma o vídeo “Conhecendo a história” com imagens do sofrimento dos negros, no qual descrevia a trajetória dos afrodescendentes desde quando foram sequestrados e traficados pelos portugueses até serem escravizados no Brasil.

Após assistir ao vídeo a professora enfatizou que “a data 20 de novembro é para que possamos refletir sobre nossas ações”, pois esse representa o dia da morte de Zumbi dos Palmares,

um homem que lutou até ser decepado, e seu grande objetivo era libertar os negros de tanto sofrimento que eram submetidos nas fazendas que trabalhavam em condições precárias, sendo chicoteados diariamente pelos seus ‘donos’. Zumbi lutava por dignidade e respeito para com seu povo.

Em outro vídeo foram visualizadas algumas personalidades negras do passado e da atualidade, como: Nelson Mandela, Zumbi dos Palmares, Anderson Silva, Barak Obama, dentre outros. Esse material mostrou que com muita luta dos movimentos sociais negros, alguns conseguiram superar o racismo vivenciado na sociedade e conseguiram fazer a diferença representando seu grupo racial diante do mundo.

Depois de explicações do tema proposto, a educadora começou trabalhar com o livro didático de História, na p. 54 “O Brasil africano”. Por meio de uma aula expositiva



dialogada, na medida em que os alunos liam, a professora explicava. Quando encerraram a leitura, fizeram as atividades propostas no livro, que tinham por objetivo promover com os alunos uma reflexão a respeito do que os negros vivenciaram por quase 300 anos no Brasil, sendo escravizados e chicoteados constantemente.

No decorrer do período de observação, a mesma temática também foi abordada nas disciplinas de português, arte e matemática. Especificamente em língua portuguesa foi trabalhada a receita de comidas típicas afro-brasileiras e sua contribuição para formação da sociedade brasileira. Em arte, a professora organizou um grupo de meninas para que dançassem uma música típica da África.

Na aula de matemática foi proposto que os alunos fizessem um levantamento de quantos educandos negros estão matriculados na escola campo. A educadora os instruiu de como fazer a pesquisa: inicialmente foi organizado um cartaz com fotos de pessoas brancas (A), negras(B) e pardas(C). Na sequência, os alunos que foram entrevistados receberam um papel com três opções de cores para marcar a qual se identificava, (A, B ou C).

No término da pesquisa os alunos fizeram um gráfico de acordo com o resultado de quantos negros estavam matriculados no período vespertino e de acordo com a tabulação dos dados, identificaram 28(vinte e oito) alunos negros. O cartaz do resultado foi exposto no corredor da instituição juntamente com outros cartazes que representavam temática com relação à semana da consciência negra.

O encerramento da sequência didática da semana da Consciência Negraaconteceu com apresentação de danças típicas afro-brasileiras, exposição de cartazes, do livro de receitas feito a partir da pesquisa dos alunos, capoeira, leituras de alguns poemas referentes ao tema proposto e, no momento do lanche, servido feijoada.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a professora trabalhou a temática abordada de forma interdisciplinar, pois abordou um mesmo tema em várias disciplinas, mostrando o quanto é importante o empenho da educadora para desenvolver um trabalho para que seu aluno tenha um aprendizado significativo em seu cotidiano.

A professora daturma relatou que é um desafio diário conseguir trabalhar com a temática pesquisada em sala de aula de acordo com a Lei 10639/03, devido à resistência de muitos com relação a religiosidade, costumes e linguagem dos afrodescendentes. A esse respeito a professora falou “Essa temática ainda traz muitas dificuldades, principalmente



voltada a religiosidade. É preciso que haja mais envolvimento para uma verdadeira abordagem e compreenda o conceito da história e da cultura afro-brasileira”.

Sobre a abordagem da cultura afro-brasileira no livro didático, a professora, em sua fala assim se expressa: “[...] é muito superficial no sentido de mostrá-lo já escravo. Não traz um início do por que, para quê, enfim, como vieram para o Brasil.”

No decorrer da entrevista com a professora, a mesma ressalta que a temática é desenvolvida apenas na semana que antecede o dia 20 de novembro e isso não foi diferente nas diversas escolas em que ela desempenhou suas funções como professora, dizendo: “por todas as escolas que trabalhei, aborda a semana da abolição (em maio) e o da consciência negra (em novembro), ou seja, somente nas semanas comemorativas”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de desenvolvimento deste artigo foi possível perceber a importância da diversidade cultural existente em nosso contexto social e a dificuldade que muitos na sociedade têm para reconhecer que somos integrantes de uma sociedade miscigenada.

As leituras que fundamentaram a construção teórica desse trabalho reafirmam o proposto nas diferentes Leis que tratam do assunto para garantir que nas diferentes instituições de ensino seja trabalhada a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

Constatou-se que os afro-brasileiros também contribuíram com a construção da sociedade brasileira considerando seu trabalho braçal, sua culinária, dança, linguagem, dentre outras peculiaridades deixadas por esse povo, que mesmo após a abolição da escravatura, não foram reconhecidos como integrantes da sociedade.

A partir da análise do livro didático de História do 4º ano da escola campo, foi possível perceber que as autoras explicitaram mais conteúdos com relação ao trabalho desenvolvido pelos negros que vieram para o Brasil do que com questões relacionadas a sua contribuição na formação cultural do país.

O que se destaca nesse trabalho de pesquisa diz respeito à metodologia utilizada pela professora para trabalhar com seus alunos o tema proposto nessa investigação por meio do trabalho interdisciplinar desenvolvido em sala de aula. Mesmo com diversas dificuldades encontradas para se trabalhar dessa forma com seus alunos, percebeu-se que seu esforço contribuiu na vida de seus educandos, para que possam se reconhecer perante a sociedade em



que estão inseridos e respeitar a cultura do outro garantindo assim, uma convivência cada vez melhor.

A pesquisa de campo foi essencial para perceber que o trabalho desenvolvido em sala, não pode ficar restrito ao uso do livro didático. O trabalho da professora fez toda diferença para que os alunos compreendessem a importância das características culturais dos grupos étnicos para desmistificar os diferentes estereótipos criados pela sociedade.

Assim, desmistificar o conceito de racismo, preconceito, discriminação é necessário para que o aluno sendo afro-brasileiro ou não, desconstrua o conceito de inferioridade imposto ao seu grupo cultural no decorrer do processo histórico de construção da sociedade brasileira.

5 REFERÊNCIAS

AB’SÁBER, Aziz Nacib. Incursões a pré-história da América tropical. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) **Viagem Incompleta: A experiência brasileira (1500 a 2000)**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2000.

BITTENCOURT, Circe. Identidade Nacional e Ensino de História do Brasil. In: KANAL, Leandro (Org). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BRASIL. Lei n 3.353, de 13 de maio de 1888, que **Declara extinta a escravidão no Brasil**. Disponível em:<<http://www.aplicação.tst.ju.br.htm>>. Acesso em 10 maio 2017.

BRASIL. Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**. Brasília,1996.Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.htm>. Acesso em: 19maio 2017.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “**História e Cultura Afro-Brasileira, e da outras providências**”. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10639.htm>. Acesso em: 22 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária da Educação Continuada. **Alfabetização e Diversidade**. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico Raciais. SECAD, 2006

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares Nacionais**. Brasília. MEC/SEF, 1997.



Revista FACISA *ON-LINE*. Barra do Garças – MT, vol.6, n.3, p. 01- 17, jul. - dez. 2017.
(ISSN 2238-8524)

COUTO, Jorge. A gênese do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) **Viagem Incompleta: A experiência brasileira (1500 a 2000)**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2000.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo - Fundação para o desenvolvimento da educação, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 33. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

HENRIQUES, Ricardo. **Raça e Gênero nos sistemas de ensino: os limites das políticas universalistas em educação**, UNESCO, Brasília, 2002

SIMIELLI, Maria Elena; Charlier, Anna Maria. **Projeto Ápis: história, 2º ao 5º ano**. São Paulo: Ática, 2014.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural** (2002). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/00127160por.pdf>. Acesso em 02/05/2017.